



Direito Empresarial

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
<u>Lei Federal nº 13.476, de 28 de agosto de 2017</u>	Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para dispor sobre a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado, e a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; e revoga dispositivo da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.
<u>Lei Complementar nº 154, de 18 de abril de 2016</u>	Acrescenta § 25 ao art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir ao microempreendedor individual utilizar sua residência como sede do estabelecimento.
<u>Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016</u>	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Decreto Federal nº 8.723, de 27 de abril de 2016</u>	Altera o Decreto nº 6.889, de 29 de junho 2009, que dispõe sobre o Conselho de Participação em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas.
<u>Mensagem de veto total nº 482, de 12 de novembro de 2015</u>	Projeto de Lei no 6.299, de 2009 (no 304/08 no Senado Federal), que "Altera o caput do art. 60 da Lei no 8.934, de 18 de novembro de 1994, para reduzir o período sem registro na junta comercial que caracteriza a inatividade do empresário ou da sociedade empresária".
<u>Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015</u>	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
<u>Lei Federal nº 13.129, de 26 de maio de 2015</u>	Altera a Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.

<u>Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014.</u>	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 11.127, de 28 de junho de 2005</u>	Altera o artigo 192 da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.
<u>Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005</u>	Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.
<u>Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968</u>	Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.
<u>Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945</u>	Lei de Falências.
<u>Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908</u>	Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as Operações Cambiais.

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Data da atualização: 25.10.2017

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjri.jus.br